

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS:

OFERTA DE DENÚNCIA (ART. 301 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO)

CKS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 30.330.883/0001-69, com sede na Avenida Luís Viana Filho, 6462, Condomínio Manhattan Square, Torre B, Sala 621, Paralela, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41.730-101, por suas advogadas infrafirmadas, constituídas nos termos do instrumento de mandato ora acostado, com endereço profissional nele constante, vem, perante Vossa Excelência, com fulcro no art. 301 e seguintes do Regimento Interno desta Corte, apresentar **DENÚNCIA** em face do Edital retificado do Pregão Eletrônico nº 010/2022, promovido pelo Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - Consórcio AMEG, aduzindo o quanto se segue.

1. DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS PARA APRECIÇÃO DA PRESENTE DENÚNCIA.

A presente Denúncia versa acerca de ato ilegal praticado no curso do Pregão Eletrônico nº 010/2022, promovido pela Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - Consórcio AMEG, consubstanciada em publicação de edital de pregão eletrônico contendo disposições que restringem a competitividade e promove direcionamento da disputa a determinada classe de empresa, em franco confronto aos princípios de regência das contratações pela Administração Pública.

Logo, e à vista desse enunciado, tem-se o enquadramento às seguintes hipóteses de competência para atuação desta Corte de Contas, elencadas nos incisos adiante transcritos do art. 3º do seu Regimento Interno:

Art. 3º Compete ao Tribunal:

IV - fiscalizar os atos de gestão da receita e da despesa públicas, assim como os de que resultem criação ou extinção de direitos ou obrigações, no que se refere aos aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

XVI - fiscalizar os procedimentos licitatórios, de modo especial os editais, as atas de julgamento e os contratos celebrados;

XXVII - decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato;

A Denúncia, assim, visa que esse Tribunal realize a fiscalização do ato de gestão, no que toca à ilegalidade perpetrada no certame em tela, na medida em que o Edital de licitação promovida pela Denunciada contempla exigências indevidas e que discrepam, inclusive, de posicionamentos reiterados dessa Corte de Contas.

2. DA DENÚNCIA.

2.1. INÉRCIA DA PREGOEIRA DA ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE - CONSÓRCIO AMEG. AUSÊNCIA DE RESPOSTA ÀS IMPUGNAÇÕES AVIADAS PELA ORA DENUNCIANTE. VIOLAÇÃO AO ITEM 24.3 DO EDITAL E ART. 41, §1º, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93.

A licitação em comento é promovida pela Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - Consórcio AMEG, visando a aquisição de *“veículos simples, de passeios, pick-up simples, 4x4, motocicletas, ônibus, van, furgão, ambulâncias já adaptadas e maquinários pesados”*, conforme as especificações e condições elencadas no Edital e respectivo Termo de Referência (vide anexos).

Neste contexto, foi publicado o Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, com sessão inaugural, destinada ao recebimento das propostas de preços feitas pelos então interessados, designada para ser realizada às 10h35min do dia 31 de agosto de 2022.

A ora Denunciante, interessada em participar do certame, analisou os termos e condições da disputa e verificou que o Edital carrega exigência indevida e que merecia ser devidamente impugnada.

Assim, em consonância com o Item 24.2¹ do Edital, o Denunciante ofereceu, tempestivamente, 02 (duas) impugnações editalícias (anexas) direcionadas à apreciação da Pregoeira

¹ 24.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail laila@ameg.org.br pelo telefone (35) 3521-95-44 ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Benedita da Silveira Maia, nº 144, Jardim Pinheiros/ Passos-MG, CEP: 37903- 660.

da Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - Consórcio AMEG, considerando que a sessão inaugural se encontrava inicialmente designada para o dia 12/08/2022 e, posteriormente, fora remarcada para o dia 31/08/2022.

No primeiro momento, o Pregoeiro suspendeu o certame, sem responder à impugnação.

E ao republicar o instrumento convocatório, manteve-se silente à apreciação da nova impugnação, a qual reprisou os mesmos argumentos da primeira, em virtude da manutenção do mesmo dispositivo objurgado.

Ou seja, ao não responder às impugnações, em absoluto, o Pregoeiro praticou ato de violação direta ao item 24.3 do referido instrumento, bem como ao art. 41, §1º, da Lei nº 8.666/1993, como é de ver-se:

Edital

Item 24.3 Caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

Lei Federal nº. 8.666/93

Art. 41 A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113. (g.n.)

Como previsto no Edital e na Lei, após impugnar o edital, o Impugnante tem o direito de obter resposta ao questionamento, seja ela positiva ou negativa. Sendo negativa, tem direito, ainda, de acessar os fundamentos da decisão, pelo **princípio da motivação dos atos administrativos**. Neste sentido, **a ausência de resposta às impugnações apresentadas ofende direito líquido e certo da ora Denunciante**. Este é o entendimento esposado pela jurisprudência coeva:

REMESSA NECESSÁRIA - APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - LEI Nº 8.666/1993 - PREGÃO ELETRÔNICO - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - AUSÊNCIA DE RESPOSTAS - OFENSA AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO - CONCESSÃO DA SEGURANÇA. - O cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade, devendo a Administração Pública julgar e responder a contestação, em até três dias

úteis (Lei nº 8.666/93) - **Ofende direito líquido e certo do cidadão a Administração Pública que se omite em responder à impugnação a edital.**

(TJ-MG - AC: 10000205832017001 MG, Relator: Desa. Alice Birchal, Data de Julgamento: 09/02/2021, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/02/2021) (g.n.)

Esse é o primeiro motivo da denúncia ora ofertada: a inércia do Pregoeiro, não respondendo às impugnações tempestivamente manejadas e o consequente descumprimento do disposto nas linhas editalícias e na Lei Geral de Licitações.

A conduta ilegal e irregular do Pregoeiro demanda a pronta intervenção para que esta Corte impeça a continuidade de procedimento ao arrepio das normas regentes e em violação ao direito conferido à Denunciante, na medida em que a sessão inaugural se encontra marcada para o próximo dia 31 de agosto do corrente ano, às 10h35min.

2.1. DA INEXISTÊNCIA DE PERDA DA CONDIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO EM VENDA REALIZADA POR REVENDEDOR. ESPECIFICIDADE DO VEÍCULO ADAPTADO. DO CONCEITO DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO. EXIGÊNCIA APENAS DE AUSÊNCIA DE USO. ALINHAMENTO AO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. INAPLICABILIDADE DA LEI FEDERAL Nº. 6.729/79. DISTORÇÃO DA ABRANGÊNCIA DE APLICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO Nº 64/2008 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO.

Além da própria ilegalidade ínsita à ausência de resposta às impugnações aviadas em face do Edital, existe um segundo motivo, mas não menos importante, para a apresentação desta Denúncia, o qual fora o móbil das próprias impugnações.

Isso porque, constatou-se, desde a publicação primeva do Edital, a adoção de conceito de veículo zero quilômetro incompatível com aquele já enunciado não apenas por essa Corte de Contas, como também pelo Tribunal de Contas da União.

O Termo de Referência, Anexo I do Edital, contemplou em seu item 1.1.2 o seguinte:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.2 – Para os efeitos desta aquisição será considerado “veículo zero Km”, o veículo a motor de propulsão antes de seu registro e licenciamento vendidos por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante, nos termos da Deliberação CONTRAN nº 64, de 30 de maio de 2008, e Lei Federal nº 6.729/1979 e que ainda não tenha sido dirigido.

Ou seja, ao fixar esse conceito, o Edital introduziu, à margem de suporte legal para tanto, condição limitante à participação de todas as empresas atuantes no segmento de veículos automotores, inclusive na comercialização de veículos submetidos a processo de adaptação (como é o caso de ambulâncias e veículos com equipamentos de acessibilidade para cadeirantes).

Na prática, ao introduzir esse conceito, o Edital determina que somente o fabricante ou concessionária autorizada poderá acorrer à disputa e ofertar os bens pretendidos.

Diante disso, tem-se que o instrumento convocatório contempla restrição incompatível com os princípios inerentes às contratações efetuadas pelo Poder Público, todos insertos na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 3º:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da **igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (...) (Grifos nossos)

A restrição denunciada vai de encontro com os princípios que regem os procedimentos licitatórios, como a **ampla competitividade** e a **busca da proposta mais vantajosa** e, principalmente, a supremacia do interesse público. Isso porque quanto maior o número de licitantes, maior é a probabilidade de as propostas contemplarem preços mais favoráveis para o Poder Público.

E isso assume maior relevância diante do posicionamento já adotado por esse Tribunal de Contas acerca do conceito de “veículo zero quilômetro” e que não alberga aquele posto pelo Edital.

Em 4 de novembro de 2021 e apreciando a Denúncia 1095448, por meio da qual o denunciante pretendia restringir a disputa apenas a concessionários autorizados, essa Corte expressamente enfrentou a questão da venda de veículos por revendedoras e rejeitou-a, apontando a primazia da livre iniciativa.

Eis a ementa do julgado:

Processo: 1095448

Natureza: DENÚNCIA

Denunciante: Tecar Minas Automóveis e Serviços Ltda.

Denunciado: Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – Codanorte

Apenso: 1095558, Agravo

Interessados: João Manoel Ribeiro, Mabelê Comércio de Veículos Eireli

Procuradores: Luciano Alves Moreira Moutinho, OAB/MG 135.436; Mônica Cristina Martins Parpinelli Moutinho, OAB/MG 135.481

MPC: Procuradora Sara Meinberg

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO

SEGUNDA CÂMARA – 4/11/2021

DENÚNCIA. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS. FORNECIMENTO DE VEÍCULOS. EXIGÊNCIA DE PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO. VEÍCULO ZERO KM. PARTICIPAÇÃO E POSTERIOR CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA REVENDEDORA. ALEGAÇÃO DE POSSÍVEL EVASÃO FISCAL. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA REGULAR DESENVOLVIMENTO DO PROCEDIMENTO DE CONTAS. ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIA PELO PRESIDENTE. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO. NÃO ACOLHIMENTO. MÉRITO. PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA. DISPUTA COMERCIAL. POSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO DE VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO POR EMPRESA REVENDEDORA. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA PROIBITIVA. INTERESSE PRIVADO. IMPROCEDÊNCIA. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS. APURAÇÃO, LANÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOMENDAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. ARQUIVAMENTO.

1. Em que pese a alegação do Ministério Público de Contas relativa à ausência de critérios desencadeadores da atividade de controle externo, tendo em vista a ausência de longo decurso de tempo em relação aos fatos questionados e que a denúncia foi admitida pelo Presidente, bem como que o processo se encontra devidamente instruído, sendo possível a análise de mérito da denúncia, esta se impõe em respeito ao princípio da primazia do julgamento de mérito.

2. **Desde que comprovado pela empresa revendedora que o veículo ofertado à Administração Pública não tenha sido utilizado anteriormente, ou seja, não tenha perdido as características inerentes aos veículos novos, o fato de o primeiro licenciamento ter sido realizado em nome da revendedora para posterior e imediata transferência de titularidade do veículo para a Administração Pública não deve ser invocado para impedir a participação de revendedoras de veículos em licitações públicas. Portanto, nestes casos, a exigência de primeiro emplacamento deve ser entendida como pretensão de veículo “zero quilômetro” pela Administração.**

3. Assegurar a possibilidade de ampla participação em igualdade de condições a todos os concorrentes que tenham descrito, em seu objeto social, a atividade de comercialização de automóveis conceituados como novos (“zero quilômetro”) está em conformidade com os princípios da isonomia e da impessoalidade, contidos no caput do art. 3º, da Lei n. 8.666/1993, com o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República, bem como com o princípio da livre concorrência previsto no art. 170, inciso IV, da Constituição da República.

4. Não é de competência desta Corte de Contas a análise de questões envolvendo interesse eminentemente privado, não abrangidas pelos critérios desencadeadores da atividade de controle externo, em demanda que visa reduzir a competitividade

do certame, sem que haja clara conduta antijurídica e ilegítima causadora de prejuízo ao erário ou violação ao interesse público.

5. Nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, compete ao Fisco apurar eventual prejuízo ao erário decorrente de não pagamento ou pagamento a menor de tributo, isto é, a apuração, lançamento e fiscalização, bem como a interpretação final sobre as hipóteses de incidência, base de cálculo e valor devido. (g.n.)

Destaque-se o trecho da ementa, onde resta consignado que a caracterização do veículo como novo resulta da sua ausência de prévio uso, e não por ausência de comercialização.

É notável que o Edital buscou arrimar o seu conceito de “veículo zero quilômetro” na Lei Federal nº. 6.729/79 e da Deliberação nº 64/2088 do CONTRAN. Entretanto, as normas invocadas não contêm qualquer disposição que se reflita no conceito adotado.

O **Tribunal de Contas da União**, em julgamento recente (sessão plenária de 29/06/2022), reafirmou seu posicionamento de que veículo novo é aquele que não foi usado e **posicionou-se claramente que restringir o certame a concessionárias autorizadas ou fabricantes (mediante incidência da Lei Federal nº. 6.729/79) – exatamente o que consta do Edital em tela - é restringir a competitividade.**

A transcrição do Acórdão 1.510/2022 – Plenário expõe essa conclusão:

ACÓRDÃO 1510/2022 - PLENÁRIO

RELATOR AUGUSTO SHERMAN, PROCESSO 009.895/2022-1, REPRESENTAÇÃO (REPR), DATA DA SESSÃO, 29/06/2022, NÚMERO DA ATA 25/2022 - Plenário
RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução da Secretaria de Controle Externo da Saúde, que contou com a anuência de seu corpo dirigente (peças 6-8):

"INTRODUÇÃO

Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Presencial 4/2020 sob a responsabilidade do Município de Águas Formosas, no Estado de Minas Gerais, com valor adjudicado de R\$ 187.000,00, cujo objeto fora a aquisição de um veículo 0 km, tipo van, com capacidade para quinze passageiros, e outras especificações (peça 2, p. 45).

Seguem abaixo informações adicionais sobre o certame:

Situação: finalizado há dois anos.

A licitação em tela não envolve registro de preço.

O representante alega, em suma, o que segue (peça 2) :

Que enviara sua proposta de preços por Sedex, que teria sido recebida em tempo hábil pelo pregoeiro, mas fora desclassificada sem base legal, constando na Ata do Pregão que a empresa vencedora teria solicitado sua desclassificação por não apresentar a especificação do modelo do veículo ofertado e não apresentar a identificação do representante legal para assinatura da proposta.

Afirma, entretanto, que tais alegações não seriam verdadeiras, pois teria apresentado em sua documentação tanto o modelo do veículo ofertado (Renault Master 2020) quanto nome completo, RG e CPF da proprietária da empresa, Sione Aparecida do Carmo Moura, o que seria facilmente constatável quando da análise de sua habilitação.

Complementa que não houve credenciamento por sua parte porque não enviara representante presencialmente ao certame, sendo que a proposta de preços, enviada em envelope via Sedex, cumprira todos os requisitos do edital. Assim, fora desclassificada antes da fase de habilitação, o que considera injustificável (peça 2, p. 3-7).

Aduz que sua desclassificação causara prejuízo de R\$ 8.000,00 aos cofres do município, que adjudicara o objeto a licitante com proposta maior nesse montante (peça 2, p. 9).

Relata que, no prazo legal, apresentara recurso administrativo, por entender que sua desclassificação não apresentava amparo legal, e ainda pelo fato de que a adjudicação à vencedora descumpria a Lei 6.279/1979, reativa ao comércio de veículos 0 km, que não poderia ser efetuado por revenda (status da empresa vencedora); apenas por concessionária ou montadora.

Ressente-se do fato de o recurso ter sido considerado intempestivo (apresentado no dia seguinte) com o argumento da falta de representante no local do certame. Traz à baila o direito de petição e do contraditório e ampla defesa, com fundamento no art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal/1988 (peça 2, p. 9-11).

Iniciando o segundo ponto de seu argumento, defende que a empresa vencedora, Mabelê Comércio de Veículos Eireli, ou qualquer outra que não seja concessionária de veículos, não teria condições legais de cumprir a determinação do Edital quanto ao fornecimento de veículo 0 km, uma vez que a Lei 6.729/1979 disporia que o concessionário só pode realizar a venda de veículo automotor novo diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda (art. 12).

Assim, a vencedora, necessitaria adquirir o veículo junto a uma concessionária para então repassá-lo ao Município licitante e, nessa aquisição, a empresa Mabelê se enquadraria como consumidora final, o que obrigaria o emplacamento do veículo em seu nome e posterior transferência ao Município, descaracterizando, portanto, o veículo como 0 km.

Cita a Deliberação 64 do Conselho Nacional de Trânsito - Contran, que define que o veículo é caracterizado como novo antes do seu registro e licenciamento; e, também, o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, que dispõe que em toda transferência de propriedade deve ser emitido um novo Certificado de Registro de Veículo. Desta forma, o Município de Águas Formosas/MG, seria, tecnicamente, o segundo dono do veículo, não mais caracterizado como 0 km.

Acrescenta decisões do TCE-MG e do TJ-MG ratificando que apenas o concessionário autorizado pelo fabricante pode fornecer veículos 0 km, alertando ainda para possível evasão fiscal por parte da vencedora e transferência da responsabilidade tributária referente ao veículo ao Município adquirente.

Apresenta como desvantagem sofrida pelo Município em tal compra o fato de que não seria avisada pelo fabricante em caso de necessidade de recall para correção de algum defeito de fabricação, pois a 1ª proprietária do veículo seria a empresa vencedora, e não o Município (peça 2, p. 11-27).

O representante trouxe como evidências para as irregularidades apontadas acima os documentos constantes na peça 2, p. 45-102.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em virtude do exposto, propõe-se:

não conhecer a presente documentação como representação, visto a não procedência dos indícios de irregularidades ou ilegalidades apontados pelo autor, nos termos do parágrafo único do art. 237, c/c parágrafo único do art. 235, ambos do Regimento Interno do TCU e a ausência de interesse público, de acordo com o art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

informar ao Município de Águas Formosas/MG e ao representante do acórdão que vier a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos, nos termos do parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno do TCU;

arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014."

É o relatório.

VOTO:

(...)

Trata-se de Representação com pedido de cautelar a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Presencial 4/2020 sob a responsabilidade do Município de Águas Formosas, no Estado de Minas Gerais, com valor adjudicado de R\$ 187.000,00, cujo objeto fora a aquisição de um veículo 0 km, tipo van, com capacidade para quinze passageiros, e outras especificações (peça 2, p. 45).

As supostas irregularidades reclamadas pela representante baseiam-se em dois pontos principais: a suposta ilegalidade de sua desclassificação com a não apreciação do mérito de seu recurso administrativo, e a impossibilidade de adjudicação do objeto à vencedora, por tratar-se de revenda, de forma que o primeiro emplacamento do veículo não seria feito em nome do Município, o que, em seu entender, descaracterizaria a condição de veículo 0 km.

Assim, a representante requereu liminarmente a suspensão imediata do Pregão, considerando ausente o perigo de irreversibilidade do provimento de seu pleito. Requereu ainda que o pregoeiro reconsiderasse sua decisão, em observância à Lei 6.729/79, e a aplicação de multa legal a toda a comissão de licitação (peça 2, p. 27-29).

Após avaliar a documentação apresentada pela empresa Carmo Veículos Ltda., a Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) propôs não conhecer da representação, por esta não estar acompanhada de suficientes indícios concernentes à irregularidade denunciada e, conseqüentemente, não atender aos requisitos de admissibilidade.

(...)

A representante alega, ainda, a empresa vencedora, Mabelê Comércio de Veículos Eireli, ou qualquer outra que não seja concessionária de veículos, não teria condições legais de cumprir a determinação do Edital quanto ao fornecimento de veículo 0 km, uma vez que a Lei 6.729/1979 disporia que o concessionário só pode realizar a venda de veículo automotor novo diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda (art. 12).

Com relação a esse ponto, o entendimento desta Corte é no sentido de que o veículo zero quilometro a ser entregue é aquele que não tenha sido usado/rodado, conforme se observa no voto condutor do Acórdão 10125/2017-TCU-Segunda Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes):

Primeiro, quanto à impossibilidade do primeiro emplacamento de veículo zero km adaptado pela licitante vencedora, em suposto descumprimento ao item 10.1.1.2 do edital - Anexo I do Termo de Referência, verificou a unidade instrutiva que não há "obrigatoriedade de a União ser a primeira proprietária, mas de que os veículos entregues venham acompanhados do CAT [Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito] e de outras informações necessárias ao primeiro emplacamento, não especificando em nome de quem seria o licenciamento. Assim, entende-se que a exigência é de que os veículos entregues tenham a característica de zero, ou seja, não tenham sido usados/rodados." (grifou-se)

De igual modo, esse também tem sido o entendimento jurisprudencial acerca do tema, a exemplo de decisão do TJSP, cujo extrato se reproduz:

Mandado de Segurança. Pregão. Aquisição de veículo zero quilômetro. Menor preço ofertado por vendedora de automóveis multimarcas. Concessionária insurgindo-se,

pois só ela em condições legais para venda de veículo zero quilômetro. Dúvidas trazidas na inicial sobre a certeza de seu direito. Zero quilômetro significa: carro novo, ainda não usado. Segurança denegada Recurso não provido". (TJSP; Apelação Cível 0002547-12.2010.8.26.0180; Relator (a): Francisco Vicente Rossi; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Foro de Espírito Santo do Pinhal - 2ª. Vara Judicial; Data do Julgamento: 26/03/2012; Data de Registro: 29/03/2012) (destaques feitos pelo autor) .

Destarte, utilizar a Lei 6.729/1979 para admitir o fornecimento de veículos apenas por concessionárias, restringindo a participação de revendedoras nos procedimentos licitatórios, infringiria os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade, e a livre concorrência, estabelecidos nos art. 3º, II, e 170, IV, da Constituição Federal e no caput do artigo 3º da Lei 8.666/1993.

Por essas razões, manifesto-me a favor da improcedência da representação, data vênha o posicionamento da unidade técnica.

Ante o exposto, manifesto-me por que o Tribunal aprove o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 29 de junho de 2022.

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Relator

Em julgamento antecedente, o TCU já havia se posicionando no sentido de considerar como veículo novo a sua ausência de uso, conforme se vê do Acórdão 10.125-44/17-2, do qual se destaca o seguinte trecho:

(...)

25. Pelo que se constata, a discussão gira em torno da questão do primeiro emplacamento e, em havendo empresa intermediária (não fabricante ou concessionária), o veículo não seria caracterizado como zero km, nos termos da especificação contida no Apêndice do termo de referência contido na peça 3, p. 46.

26. Da leitura do subitem 10.1.1.2 do edital (peça 3, p. 39) e das especificações técnicas dos veículos (peça 3, p. 46), **não se verifica a obrigatoriedade de a União ser a primeira proprietária**, mas de que os veículos entregues venham acompanhados do CAT e de outras informações necessárias ao primeiro emplacamento, não especificando em nome de quem seria o licenciamento. **Assim, entende-se que a exigência é de que os veículos entregues tenham a característica de zero, ou seja, não tenham sido usados/rodados.**

27. **É importante destacar que a questão do emplacamento ou a terminologia técnica utilizada para caracterizar o veículo não interfere na especificação do objeto, tampouco desqualifica o veículo como novo de fato.**

28. Ademais, o item 6.4 do edital estabelece que os veículos deverão estar à disposição do Ministério da Saúde, no pátio da montadora homologada pelo fabricante do veículo original (fábrica) ou do implementador, sendo que a distribuição dos veículos se dará por meio dos gestores municipais e estaduais contemplados por meio de doação do bem pelo Ministério e, segundo informações, em sede de resposta ao recurso (peça 3, p. 180), o emplacamento ocorrerá por conta das unidades que receberão os veículos.

29. Desse modo, concluiu-se que não procedem os argumentos da representante. (Acórdão 10125-44/17-2, TC 032.156/2017-0, relator Augusto Nardes, Segunda Câmara, Data da Sessão: 28/11/2017 – Ordinária) (g.n.)

O TCU, de forma clara e direta, rejeita a incidência da Lei Federal nº. 6.729/79 para afastar qualquer interessado na disputa.

Note-se que a situação do Edital impugnado e ora denunciado é a mesma daquela escrutinada pelo TCU no novel julgamento, pois restringe o certame a concessionários e fabricante e nem mesmo exige primeiro emplacamento em nome do Ente contratante, por exemplo.

Resta demonstrado, portanto, que a conceituação posta pelo Edital viola o princípio da competitividade - posto que a Lei Ferrari (Lei Federal nº. 6.729/79) somente alcança os celebrantes do contrato de concessão comercial entre produtor e distribuidor, sem atribuir a este último qualquer direito a exclusividade na venda de veículos novos.

O que a Lei Ferrari confere ao concessionário/distribuidor é a exclusividade de comercialização em uma área geograficamente delimitada, de veículos automotores, implementos e componentes, que os compra da fornecedora com a finalidade exclusiva de revendê-los a consumidor final – ou seja, a fabricante/fornecedora não pode promover a sua revenda a outro concessionário (art. 3º, I, da Lei Ferrari).

Em suma, esse “direito” deriva da relação contratual típica e impede que o fornecedor/fabricante celebre contrato de mesma espécie com outro distribuidor/concessionário com atuação na mesma área do primeiro. Consiste em direito a ser exercido apenas em face do fabricante.

Esse aspecto já foi devidamente tratado por essa Corte de Contas, no recurso interposto no Processo nº. 1.121.067, de relatoria do Conselheiro Hamilton Coelho e que versou sobre a mesma matéria, senão vejamos:

(...) Ainda sobre a questão, destaco excerto do parecer ministerial exarado nos autos da Denúncia n.o 1.095.462, no sentido de que:

“Desde que comprovado pela empresa revendedora que o veículo ofertado à administração pública não tenha sido utilizado anteriormente, ou seja, não tenha perdido as características inerentes aos veículos novos, o fato do primeiro licenciamento ter sido realizado em nome da revendedora para posterior e imediata transferência de titularidade do veículo para a administração pública não pode ser invocado para impedir a participação de revendedoras de veículos em licitações públicas. Entendimento diverso atenta contra a finalidade do processo licitatório, frustra o caráter competitivo do certame e afasta da administração pública a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa, em flagrante ofensa ao art. 3º, caput e §1º, I, da lei federal n. 8.666/93”.

Ressalto, ainda, que os contratos de exclusividade regulamentam a relação que se estabelece entre fabricante e concessionária, convencionando condições que dizem respeito às partes. Nessa hipótese, a Administração é consumidora final dos produtos, e não participa do pacto. Outrossim, a garantia de fábrica dos veículos é decorrente de lei, e a cobertura assegurada pelo fabricante não é interrompida com a transferência da propriedade dos bens.

Tão equivocado quanto buscar suporte ao conceito de veículo zero quilômetro na Lei Federal nº 64/2008, é também pretender calcá-lo na Deliberação nº 64/2008 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Sobre esse ponto, convém, inicialmente, gizar que a referida definição de veículo novo estabelecida pelo CONTRAN se aplica apenas "*para efeito dessa Deliberação*" (redação do item 2 do Anexo²), a qual "*Disciplina a inscrição de pesos e capacidades em veículos de tração, de carga e de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os artigos 117, 230-XXI, 231-V e 231-X, do Código de Trânsito Brasileiro*".

Vê-se, de logo, que a Deliberação aludida nada mais é do que regulamento de trânsito e circunscrita apenas ao registro de veículos de tração, carga e transporte coletivo de passageiros, sem nem mesmo ser aplicável, por exemplo, a veículos de passeio.

Essa Corte já se manifestou sobre a impropriedade de utilização do conceito de “novo” posto pela aludida Deliberação quando o Edital exigir que o veículo seja “zero quilômetro”. E o fez na concessão de decisão suspensiva de ato administrativo, na Denúncia 1.121.067 acima apontada, *in verbis*:

A denunciante alega que foi injustamente desclassificada do certame, sob o fundamento de que uma empresa revendedora não conseguiria fornecer o objeto pretendido, qual seja um veículo zero quilômetro, a teor das normas preceituadas na Lei n.º 6.729/1979 e na Deliberação Contran n.º 64.2008.

(...)

Em sede de cognição sumária, verifica-se a necessidade de se proceder à imediata suspensão do certame.

(...)

Não obstante, observa-se que no Termo de Referência exige-se apenas que o veículo seja “zero-quilômetro” (peça 8 do SGAP), o que não se confunde com o conceito de “novo”, previsto na Deliberação n.º 64 do CONTRAN.

² 2. DEFINIÇÕES

Para efeito dessa Deliberação define-se:

(...)

2.12. VEÍCULO NOVO - veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes do seu registro e licenciamento.

Aliás, o próprio Termo de Referência reforça essa diferenciação ao permitir que o veículo 0 KM a ser adquirido possa ter sido fabricado há seis meses.

(...)

Repiso que, na presente hipótese, a Administração, ao delinear as especificações do objeto no Termo de Referência, limitou-se a descrever o veículo a ser adquirido como “zero-quilômetro”, sem exigir o primeiro emplacamento em nome do município, o que permitiu a participação de concessionárias e revendedoras, ampliando-se, por conseguinte, o universo de competidores dentro do âmbito da legalidade e em harmonia com os preceitos da Lei de Licitações e Contratos.

Essa linha de inteligência foi por mim adotada na Denúncia n.º 1.082.575, julgada na sessão da Primeira Câmara de 12/7/2022.

(...)

Registre-se que a decisão acima já foi referendada na sessão do dia 09 de agosto de 2022, conforme publicado no Diário Oficial de Contas do último dia 25.

Insufismável que o conceito da Deliberação nº. 64/2008 CONTRAN não define veículo novo para efeito de contratações públicas, sendo mais consonante com a principiologia que rege a atuação administrativa conceber como novo o veículo que nunca tiver sido utilizado, com a quilometragem “zerada”, tal como sustentado no âmbito da Controladoria Geral da União, na resposta ao Pedido de Impugnação nº 01 – PE nº 21/2014:

Da mesma forma, veja-se o objetivo da Lei 6.729/79: “Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre”. **Em nenhum momento esta lei restringe a venda de veículos novos somente por concessionárias, nem mesmo quando fala em veículos novos, senão vejamos:**

“Art . 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.”

Em sendo assim, observa-se que destas duas normas, nem mesmo da mais pobre das interpretações, pode-se concluir que Veículo 0 Km, para efeito de aquisição pela Administração Pública, corresponde a veículo sem licenciamento e que somente concessionárias podem vender veículos novos. A contrário senso tem-se da interpretação sistemática e teleológica da Carta

Constitucional e da Lei 8.666/93, que não há que se restringir a participação em licitações e a contratação de empresas por estas não serem concessionárias.

(...)

Ademais, é de suma importância salientar, que caso venha a ser mantido tal entendimento, cria-se um mercado à margem da Legislação, onde apenas Fabricantes e Concessionários poderiam comercializar veículos com Órgãos Públicos, vindo em total desacordo com os princípios basilares do Procedimento Licitatório, como a livre concorrência-(competitividade), o da probidade administrativa, da igualdade, e da legalidade. (grifamos)

³<https://www.gov.br/cgu/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/tipos/pregao/exercicios-anteriores/2014/pregao-no-21-2014/pedido-de-impugnacao-n-o-1-ubermac-final.doc/view>

Compreende-se, assim, que, para a Administração pública, a simples transação formal de documentação não o descaracteriza como veículo novo. O que deve prevalecer nesse aspecto é o estado de conservação do bem, e não a quantidade de proprietários constantes de sua cadeia dominial.

Daí já se verifica o equívoco manifesto no conceito adotado pelo Edital para definir veículo zero quilômetro.

Ademais, é de suma importância salientar, como registrado pela Controladoria Geral da União, que a manutenção do entendimento de que revendedores não poderiam comercializar veículos novos, implicaria criação de mercado à margem da Legislação, onde apenas fabricantes e concessionários poderiam comercializar veículos com órgãos públicos, em total desacordo com os princípios basilares do Procedimento Licitatório, como a livre concorrência (competitividade), o da probidade administrativa, da igualdade, e da legalidade.

Assim, resta evidente a ilegalidade do conceito adotado pelo Edital, já que, conforme entendimentos destacados dessa Corte de Contas e do TCU, para considerar-se o veículo como novo basta a verificação da ausência de uso – valendo ressaltar que, no caso em análise, nem mesmo há exigência de primeiro emplacamento em nome do Ente Público contratante.

2.3. DO CERTAME DESTINADO AO FORNECIMENTO DE VEÍCULO SUBMETIDO A PROCESSO DE ADAPTAÇÃO. SUBMISSÃO DA TRANSFORMAÇÃO POR EMPRESAS ESPECIALIZADAS INCLUSIVE EM CASO DE FORNECIMENTO POR FABRICANTE OU CONCESSIONÁRIO AUTORIZADO. ENTENDIMENTO DO TCE/MG SOBRE A PLENA POSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO POR LICITANTES NÃO CONCESSIONÁRIOS.

E ilegalidade do conceito se destaca ainda mais quando se verifica que, dentre os veículos objeto do Pregão, estão dois tipos ditos especiais e que nem mesmo são produzidos pelos conhecidos fabricantes brasileiros com todas as características exigidas pelo Edital.

O Edital pretende a aquisição de van de passageiros dotada de acessibilidade para cadeirante (DPM) e veículos ambulância tipo A, B e C. Logo, ao restringir a licitação apenas àqueles licitantes que tenha celebrado o contrato de concessão previsto na Lei Federal nº. 6.729/79, o Edital ignora que os próprios veículos especiais pretendidos não poderão ser fornecidos pelos concessionários.

Isso porque, esses tipos de veículos, assim como todos os outros ditos especiais – tais como viaturas policiais e de bombeiros, centros de comando – são fruto de transformações realizadas por empresas especializadas, inclusive em observância aos requisitos postos no Edital.

Em outras palavras, a base veicular produzida pelas ditas grandes montadoras nacionais ou mesmo sobre veículos importados, é utilizada como insumo do processo produtivo das denominadas “transformadoras”, únicas responsáveis pela caracterização e fabricação do veículo especial, credenciada junto ao Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN na forma da Portaria DENATRAN nº 27, de 07/05/2002⁴, sendo que esta é quem realiza o registro, junto ao RENAVAM, das modificações empreendidas, e, posteriormente, permite-se a realização do licenciamento (emplacamento) do veículo já com suas características devidamente alteradas.

E são as transformadoras, devidamente registradas junto ao DENATRAN, que estão autorizadas até mesma a alterar a versão do veículo e modificar o código respectivo, conforme determina a Resolução CONTRAN nº 291, de 29/08/2008⁵.

Com isso, altera-se até mesmo a espécie de veículo, o qual passa a ser indicado como especial, com alteração do tipo de carroçaria, lotação e demais características alcançadas pelas modificações empreendidas.

Portanto, independentemente de quem seja o vencedor do certame, a entrega do veículo com condições específicas de acessibilidade somente poderá ocorrer se suceder a contratação da transformação do veículo junto a empresa especializada, sendo que esta é quem realiza o registro, junto ao RENAVAM, das modificações empreendidas.

⁴ Art. 1º Estabelecer os procedimentos para cadastramento dos instaladores/fabricantes de Equipamentos Veiculares (carroçaria) e emissão do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT, para efeito de complementação do pré-cadastro do Sistema Nacional de Trânsito.

⁵ Art. 1º Todos os veículos fabricados, montados e encarroçados, nacionais ou importados, devem possuir código de marca/modelo/versão específico, o qual deve ser concedido conjuntamente à emissão, pelo Órgão Máximo Executivo de Trânsito da União, do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT.

Parágrafo único. Ao requerer a concessão do código específico de marca/modelo/versão e emissão do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT o interessado deve:

I - Respeitar as classificações de veículos previstas na Tabela I - Classificação de Veículos Conforme Tipo/Marca/Espécie, conforme prevista em norma específica. (Redação dada ao inciso pela Resolução CONTRAN nº 369, de 24.11.2010, DOU 26.11.2010)

II - Atender aos procedimentos estabelecidos, mediante Portaria, pelo Órgão Máximo Executivo de Trânsito da União;

Reitere-se: nenhum veículo é produzido pelo fabricante original com as características postas no Edital ora impugnado, as quais somente serão agregadas ao mesmo após submissão às alterações por empresas especializadas.

O Edital, acaso mantido em sua redação original e com a incidência da Lei Ferrari e da Deliberação 64/2008 CONTRAN, consagrará situação em que mesmo a concessionária deverá, inexoravelmente, contratar sua modificação junto às empresas especializadas.

Esse ponto também foi enfrentado no julgamento da Denúncia 1095448, e que possui identidade com o caso ora tratado, diz respeito ao objeto licitado, nos dois certames, compreender veículo submetido a processo de adaptação.

A esse respeito e naquela Denúncia, o TCE/MG julgou Agravo interposto em face de cautelar que suspendera o certame e permitiu o prosseguimento da contratação da Denunciante justamente nos lotes atinentes a veículos adaptados⁶. E o fez asseverando o pleno fornecimento de veículos adaptados por revendedoras:

(...)

Depreende-se, pois, nesse juízo perfunctório, que, nesses casos específicos de transformação, as empresas revendedoras conseguiriam cumprir juridicamente a exigência de primeiro emplacamento, **tendo em vista que, independentemente de quem fosse o vencedor do certame em tais itens, haveria a necessidade de se contratar a transformação do veículo junto à empresa especializada, credenciada pelo Denatran, para posterior licenciamento com as características devidamente alteradas, tal como se demonstrou.**

Assim, quanto ao primeiro emplacamento dos veículos que necessitariam de transformação, entendo que merecem guarida os argumentos da agravante.

(...)

(TCEMG - Processo 1095558, Rel. Conselheiro Adonias Monteiro, Segunda Câmara, decisão de 04/12/2020) (g.n.)

E tal constatação, a afastar qualquer possibilidade de exclusividade a concessionário ou fabricante para a venda de veículo adaptado, foi recentemente enfrentada pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais, o qual assim pontuou em decisão monocrática inicial:

⁶ Ante o exposto, nos termos do art. 339 do RITCEMG, considerando a nova argumentação suscitada nos autos, que, também em juízo superficial inverso, afastaria o entendimento de que seria inviável o fornecimento de primeiro emplacamento pela agravante, concedo efeito suspensivo para reformar parcialmente a medida cautelar por meio de reconsideração dentro do agravo, ad referendum da Segunda Câmara, eximindo daquela decisão somente os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 29, 31, 32, 33 e 34 da Ata de Registro de Preços n. 69/2020, uma vez que se referem aos veículos passíveis de transformação por empresa especializada. Ressalto, inclusive, quanto a estes itens, que o certame obteve boa competitividade, com a participação de diversas empresas divididas entre fabricantes/concessionárias e revendedoras, sendo que a ora agravante se sagrou vencedora por apresentar o menor lance, em aparente economicidade aos cofres públicos⁶ (6 Informação extraída no âmbito dos autos de n. 1095448, consoante “ranking do processo” (documento eletrônico, código do arquivo n. 2275460, disponível no SGAP como peça n. 26

(...)

Depreende-se, pois, nesse juízo perfunctório, que, nesses casos específicos de transformação, as empresas revendedoras conseguiriam cumprir juridicamente a exigência de primeiro emplacamento, **tendo em vista que, independentemente de quem fosse o vencedor do certame em tais itens, haveria a necessidade de se contratar a transformação do veículo junto à empresa especializada, credenciada pelo Denatran, para posterior licenciamento com as características devidamente alteradas, tal como se demonstrou.**

Assim, quanto ao primeiro emplacamento dos veículos que necessitariam de transformação, entendo que merecem guarida os argumentos da agravante.

(...)

(TCEMG - Processo 1095558, Rel. Conselheiro Adonias Monteiro, Segunda Câmara, decisão de 04/12/2020) (g.n.)

E, após, o Colegiado expressamente se posicionou pela impossibilidade de incidência de qualquer restrição quando se tratar de veículo adaptado, como restou consagrado no acórdão de julgamento do mérito do Agravo:

Processo: 1095558. Natureza: AGRAVO. Agravante: Mabelê Comércio de Veículos Eireli. Jurisdicionado: Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – Codanorte. Interessada: Tecar Minas Automóveis e Serviços Ltda. (Denunciante). Procuradores: Luciano Alves Moreira Moutinho, OAB/MG 135.436; Mônica Cristina Martins Parpinelli Moutinho, OAB/MG 135.481; Maria Eduarda Borges Mesquita Spinola, Lucas Balduino Rosas Biondi. RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO. SEGUNDA CÂMARA – 14/12/2020 **AGRAVO. DENÚNCIA. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. RECONSIDERAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA O FORNECIMENTO DE VEÍCULOS. PRIMEIRO EMPLACAMENTO DE VEÍCULOS PASSÍVEIS DE TRANSFORMAÇÃO POR EMPRESA ESPECIALIZADA.** AFASTADO O RISCO DE PREJUÍZO AO INTERESSE PÚBLICO SECUNDÁRIO NO QUE TANGE A POSSÍVEL DESCUMPRIMENTO DE NORMAS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. MEDIDA CAUTELAR PARCIALMENTE REFORMADA. EFEITO SUSPENSIVO. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.

Nos casos específicos de transformação de veículos, as empresas revendedoras conseguem cumprir juridicamente a exigência de primeiro emplacamento, tendo em vista que, independentemente de quem fosse o vencedor do certame, há a necessidade de se contratar a transformação do veículo junto à empresa especializada, credenciada pelo Denatran, para posterior licenciamento com as características devidamente alteradas. (g.n.)

Note-se que o Tribunal de Contas de Minas Gerais ainda adentra o aspecto do primeiro emplacamento (não exigido pelo Edital lançado pela AMEG), afirmando o seu atendido por revendedores, justamente em razão da transformação a que o veículo é submetido, com alterações dos dados pertinente na Base BIN do DENATRAN, e que implicam a emissão de nova nota fiscal.

A título exemplificativo da aplicação do entendimento acima desse TCE/MG, o Município de Faria Lemos curvou-se a essa especificidade e, no Pregão Eletrônico nº 06/2021, fez

constar do Edital, expressamente, a possibilidade de participação de empresas não concessionárias e fornecer o objeto então disputado:

1 - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de Vans em atendimento as Secretarias de Educação e Saúde., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O primeiro item do certame por ter necessidade de adaptação, será possível a participação por parte das empresas revendedoras, nos termos do Processo nº 1095558, do relator Conselheiro Andonias Monteiro:

Noutro giro, a agravante ressaltou que dos 13 itens em que teria se sagrado vencedora no âmbito do Pregão Eletrônico n. 15/2020, consoante Ata de Registro de Preços n. 69/20202, 11 demandariam “a necessidade de adaptação para a espécie ambulância e a inexistência do fornecimento do tipo por fabricantes e concessionários”. Salientou que esses tipos de veículos, assim como todos os outros ditos especiais – tais como viaturas policiais e de bombeiros – **seriam fruto de adaptações realizadas por empresas especializadas, credenciadas nos termos da Portaria DENATRAN n. 27/2002, “sendo que esta é quem realiza o registro, junto ao RENAVAL, das modificações empreendidas, e, posteriormente, permite -se a realização do licenciamento (emplacamento) do veículo já com suas características devidamente alteradas”** (Grifei). Nesse sentido, salientou que “[...] as transformadoras, inclusive, são devidamente registradas junto ao Departamento Nacional de Trânsito, o qual lhes autoriza até mesmo a alterar a versão do veículo e modificar o código respectivo, conforme determina a Resolução CONTRAN nº 291, de 29/08/2008”. (...) (...) (..)

Depreende-se, pois, nesse juízo perfunctório, que, nesses casos específicos de transformação, as empresas revendedoras conseguiriam cumprir juridicamente a exigência de primeiro emplacamento, tendo em vista que, independentemente de quem fosse o vencedor do certame em tais itens, haveria a necessidade de se contratar a transformação do veículo junto à empresa especializada, credenciada pelo Denatran, para posterior licenciamento com as características devidamente alteradas, tal como se demonstrou.

Conforme já exposto, exigências que vão de encontro aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, ferem o princípio da competitividade, já que não assegura igualdade de oportunidade, desestimulando a competição em busca da proposta mais adequada ao interesse público.

Assim, a presente denúncia objetiva retificar o Edital e afastar a incidência da Lei Ferrari e da Deliberação nº. 64/2008 CONTRAN, excluindo-se a exigência de venda por concessionário autorizado ou fabricante como consequência da adoção de conceito de veículo zero quilômetro consentâneo com o adotado pelo TCU e TCE/MG, a saber, a ausência de uso anterior.

3. DA NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO, NA FORMA DOS ARTS. 197, 198 E 267 DO RITCE. PLEITO DE CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR *INAUDITA ALTERA PARS*.

Conforme exposição fática e jurídica constante desta peça, é evidente a ilegalidade inserta no item 1.1.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2022, promovido pela Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - Consórcio AMEG.

Assim, a continuidade do certame já anunciada para as 10h35min do dia 31 de agosto de 2022, à guisa da ilegalidade verificada, implicará sua realização com restrição injustificável à competitividade e à ampliação do universo de competidores, além de violar o direito subjetivo daqueles não celebrantes do contrato de concessão tipificado na Lei Federal nº. 6.729/79.

A realização do pregão, nos termos postos no Edital, terminará por ofender os princípios da legalidade, isonomia e da competitividade. Este princípio basilar encontra-se sedimentado na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 3º:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

(...) (Grifos nossos)

A teor do contido no articulado legal, são condições vedadas aquelas que se prestem a comprometer, restringir ou a frustrar o caráter competitivo da licitação e a estabelecer preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes.

Além disso, aguardar a decisão de mérito terá o condão da ineficácia, já que já terá sucedido a abertura e o julgamento das propostas apresentadas. Sendo assim, ressalta-se a necessidade de concessão monocrática pela urgência do caso, ante a proximidade da realização da nova sessão e todos os efeitos daí decorrentes.

Assim, a Denunciante requer, com arrimo nos arts. 197, §§1º e 2º, 198, III, e 267, todos do Regimento Interno desta Douta Corte, a concessão de medida cautelar *inaudita altera pars*, para suspender todos os atos do Pregão Presencial nº 010/2022, promovido pela Associação

Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - Consórcio AMEG, e especialmente a sessão designada para o próximo dia 31, até posterior julgamento da denúncia em tela.

4. CONCLUSÃO.

Ex positis, a Denunciante requer seja recebida e processada a presente Denúncia, para que:

- i) Seja concedido a suspensão da licitação, na forma do tópico 3 acima;
- ii) Seja acolhida a presente denúncia e julgada procedente para determinar a exclusão, do item 1.1.2 do Edital, do direcionamento indevido a concessionários e fabricantes, por aplicação disfarçada da Lei Federal nº 6.729/79, bem como por inadequação da incidência da Deliberação CONTRAN nº 36/2008, tudo a configurar restrição de participação e, assim, permitir a participação de todas as empresas atuantes na comercialização de veículos automotores, especialmente daqueles submetidos a processo de transformação/adaptação.

Por fim, requer que todas as intimações na Imprensa Oficial sejam feitas somente em nome da advogada Maria Eduarda Borges Mesquita Spínola, inscrita na OAB/BA sob o nº. 19.175, sob pena de nulidade.

Termos em que,

Pede deferimento.

De Salvador/BA para Belo Horizonte/MG, em 29 de agosto de 2022.

MARIA EDUARDA MESQUITA SPÍNOLA

OAB/BA 19.175

ADRIANA MARIA ROSAS BIONDI

OAB/BA 10.351